



## Os homens e o espaço na cidade de Guimarães (século XVIII-XIX)

Antero Ferreira, Casa de Sarmento (UMinho) e CITCEM (FLUP)

[aferreira@csarmento.uminho.pt](mailto:aferreira@csarmento.uminho.pt)

### Resumo

A nossa proposta pretende reconstruir a vivência do centro da cidade de Guimarães, entre o século XVIII e XIX, através do cruzamento sistemático de várias fontes geohistóricas.

Partindo de uma base de dados genealógica constituída a partir dos registos paroquiais de batizados, casamentos e óbitos, dispomos de uma sólida identificação dos habitantes da cidade de Guimarães. O cruzamento desta base de dados com fontes geohistóricas como os *róis de confessados* (*status animarum*), os *livros de foros* e outras fontes fiscais, permite-nos localizar sequencialmente as famílias no espaço da cidade, construir um indicador para o valor do espaço e conhecer as tipologias das habitações e comércios.

Deste modo, propomo-nos avaliar a evolução da ocupação social do espaço, com particular atenção aos fenómenos de segregação espacial.

O estudo de comunidades numa perspetiva microanalítica, ao permitir-nos acompanhar a trajetória de vida dos indivíduos e a teia de relações sociais que estabelecem, remete-nos, necessariamente para o espaço em que esta sociabilidade se desenrola.

No nosso caso, no estudo que desenvolvemos sobre a cidade de Guimarães – cujo centro histórico, pela sua cuidada preservação, alcançou o galardão de Património da Humanidade –, o desafio de integrar os indivíduos que estudamos nos espaços em que viviam é irrecusável.

As fontes primordiais da nossa construção, os registos paroquiais, dão-nos indicações sobre o lugar de residência dos indivíduos e das famílias aquando do registo de um ato vital, seja ele o casamento, o óbito ou o nascimento de um filho. Nestes casos, registamos na nossa base de dados a(s) rua(s) ou o(s) lugar(es) em que a família sucessivamente residia.

Mas para os podermos associar a um local mais específico, temos de recorrer a outras fontes. Em primeiro lugar, aos róis de confessados. Nesta fonte, o pároco registava todos os residentes maiores de sete anos, organizando a listagem por fogos e indicando a relação de parentesco que existia entre os vários elementos e o cabeça do fogo. Esta listagem é feita rua por rua, de modo sequencial, permitindo-nos assim perceber a posição relativa que uma família ocupava: quem

eram os seus vizinhos, em que lado da rua residia, etc. No caso da paróquia da Oliveira, a partir de 1821 os fogos começam a ser numerados e, posteriormente, passam a utilizar a numeração determinada pela Câmara Municipal, o que facilita imenso a sua localização<sup>1</sup>.

Outras duas fontes revelam-se também fundamentais para este processo: a lista da décima<sup>2</sup> e os contratos de empraçamento. No caso da décima, estamos também perante uma lista sequencial, que, em cada rua, para cada propriedade, identifica o nome do proprietário, o nome do ocupante e o valor da décima. Deste modo, para além de completarmos a identificação das pessoas, passamos a dispor de uma indicação do valor do espaço. No caso dos empraçamentos que conseguimos localizar no imenso volume de documentos notariais, permitem-nos identificar os sucessivos proprietários de um edifício, a sua área, as suas confrontações e a distribuição dos seus espaços – quantos pisos, quantos compartimentos e a sua tipologia, o número de portas e janelas.

Cruzando toda esta informação na nossa base de dados, estamos em condições de apresentar a ocupação do espaço da paróquia, distinguindo o espaço em função do seu valor, do tipo de atividades económicas e do tipo de construções, análises que são significativamente exponenciadas pelo recurso a sistemas de informação geográfica. Como base cartográfica utilizamos a carta topográfica de Guimarães, datada de 1942, considerando que não existiram alterações significativas nas áreas dos edifícios entre este ano e o período que analisamos, os primeiros 25 anos do século XIX. Cotejamos esta planta com a de Manoel Almeida Ribeiro, datada de 1863, que nos permite aproximar o traçado das ruas e das áreas edificadas ao período que estudamos, a primeira metade do século XIX.

Para este trabalho vamos apresentar, detalhadamente, duas importantes ruas do centro da vila de Guimarães, contíguas à Praça da Oliveira – sede do poder cívico e religioso –, e o espaço que medeia entre elas, formado por duas pequenas ruas.

Apesar da proximidade destes dois espaços, são evidentes algumas características distintivas que podemos, desde já, salientar: em primeiro lugar, a tipologia de atividades económicas, enquanto que na Rua dos Mercadores predomina a atividade comercial, fundamentalmente associada aos têxteis e à ourivesaria, na Rua Nova do Muro predominam as atividades associadas ao calçado, desde os comerciantes de couros aos sapateiros; também na tipologia das habitações encontramos algumas diferenças, são muito comuns as casas de três sobrados na Rua dos Mercadores, enquanto que na Rua Nova do Muro só encontramos casas com dois sobrados.

No espaço que medeia entre estas ruas, através do qual elas comunicam diretamente, encontramos a pequena Rua de Donães e a complementar Viela do Estrepão. Centraremos a nossa análise na primeira, um espaço onde coexistem casas nobres, com outras casas cuja ocupação indicia um espaço de segregação espacial, isto é, o espaço residencial das pessoas pobres que vivem nas traseiras das ruas mais importantes. Calculamos que estas famílias

---

<sup>1</sup> Na sessão de vereação da Câmara de Guimarães de 31 de janeiro de 1807 foi determinado que «(...) todas as casas da vila sejam numeradas na ordem devida para facilitar o lançamento da décima e outras mais averiguações necessárias, declarando-se também no princípio de cada rua o seu nome (...)» (AMAP 10-9-8-6, fl. 79v.º).

<sup>2</sup> A décima foi um imposto criado em 1641, no contexto da Guerra da Independência, que consistia numa contribuição geral sobre a propriedade, com uma taxa de 10%, incidindo sobre todas as rendas de bens de raiz, juros, ordenados, tenças, rendas e honras de ofício e de trato ou maneiço mercantil (Serrão, 1985). Apresentando-se como um imposto transitório para acudir às despesas da guerra, conservou-se até à reforma fiscal de Mouzinho da Silveira (1832), tendo embora o valor da taxa sofrido várias alterações.

sobrevivem graças aos serviços que prestam às famílias mais abastadas, complementares do trabalho realizado pelos servidores domésticos.

**Valor médio em réis das propriedades  
da paróquia de N. Sr.<sup>a</sup> da Oliveira (1799)**

<b>Ruas e Lugares</b>	<b>Propriedades</b>	<b>Valor médio (réis)</b>
Rua Sapateira	20	1.197,8
Rua das Flores	13	1.122,7
Rua dos Mercadores	18	1.102,5
Sabugal	2	1.015,0
Rua dos Fornos	19	886,2
Tulha	10	824,5
Rua Escura	7	816,4
Rua de Sta. Maria	31	814,0
Campo da Feira	38	764,1
Praça de Nossa Senhora	15	683,0
Praça de S. Tiago	25	672,7
Rua do Gado	42	647,2
Rua Nova	48	630,3
Facto	10	605,5
Rua de Val-de-Donas	28	582,1
Portelo das Hortas	5	582,0
Terreiro da Cadeia	7	575,0
Rua do Postigo	11	552,7
Rua da Infesta	13	511,9
Rua dos Trigais	5	506,0
Rua de Donães	16	488,8
Rua do Espírito Santo	9	433,9
Eirado do Forno	11	431,4
Rua de Sta. Cruz	13	394,6
Rua dos Açoutados	3	333,3
Canto	52	312,3
Oliveiras	42	302,1
Hortas do Prior	4	287,5
Arcela	7	274,3
Boticas	5	272,0

Fonte: Rol da Décima da Paróquia de N. S. da Oliveira, 1799

## Mapa das ruas analisadas



Partindo da base de dados formada através do cruzamento das várias fontes já apresentadas, representaremos a distribuição das várias categorias socioprofissionais no espaço em análise, as várias tipologias de habitação e o seu valor respetivo, a forma como se distribui a propriedade e a composição dos agregados domésticos. Analisaremos ainda algumas outras variáveis sociodemográficas, como a idade média ao casamento, as características do mercado matrimonial e as lógicas de transmissão da propriedade.

Vejamos o exemplo da **Rua dos Mercadores**. Podemos verificar que esta artéria manteve o caráter que a definiu desde os tempos medievais: uma importante rua comercial, formada por casas com uma planta retangular, com a fachada mais estreita voltada para a rua. Durante o século XIX todas as casas tinham dois ou três sobrados, com lojas no piso térreo, onde se vendiam, sobretudo, fazendas e peças de ourivesaria.

A maior parte das famílias que aqui residiam dedicava-se ao comércio, embora também aqui habitassem alguns clérigos, dada a proximidade com a Colegiada de N. Senhora da Oliveira, e algum membro da nobreza local. Ao longo do tempo, alguns comerciantes com mais sucesso vão estabelecer-se em ruas mais desafogadas, ocupando casas mais condizentes com o seu estatuto social. Tal não acontece, contudo, com os ourives, que continuam a preferir o eixo Rua dos Mercadores, Rua Sapateira e Tulha.

Muitos destes comerciantes não são originários de Guimarães. Chegam à cidade a partir de concelhos vizinhos, principalmente de Fafe, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Lousada e Penafiel. Fazem aqui a sua aprendizagem, como caixeiros ou aprendizes de ourives. Quando reúnem condições para se estabelecer por conta própria, casam, em regra com mulheres de Guimarães. No caso dos ourives, existe uma forte tendência para escolherem a esposa em

famílias do mesmo grupo socioprofissional. Este percurso conduz a que, com muita frequência, estes homens se casem com uma idade avançada, embora, muitas vezes, com mulheres bem mais jovens. Se ficam viúvos, raramente voltam a casar e o celibato definitivo é relativamente comum nestes grupos sociais.

Procuram determinar o futuro dos seus filhos, conservando alguns junto de si, para dar continuidade ao negócio. Encaminham outros para a vida religiosa, o que constitui, claramente, uma estratégia de afirmação do seu estatuto social. O Brasil ou as cidades do Porto e Lisboa são também destino para alguns dos filhos destes negociantes. Algumas das filhas ficam solteiras, acompanhando os pais até ao óbito, adquirindo só nessa altura liberdade para casar. Outras casam com homens de estatuto social equivalente, como nos é desvendado pelas escrituras de dote.

Quase todos estes negociantes estão envolvidos na vida pública da comunidade, quer ocupando lugares na vereação, quer envolvendo-se em instituições de prestígio, como a Santa Casa da Misericórdia ou algumas confrarias.

A mesma análise será desenvolvida para as restantes ruas, onde contamos com a descrição de, pelo menos, 17 edifícios na Rua Nova do Muro e de mais 5 na Rua de Donães e Viela do Estrepão.